


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001732-74.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **EVERALDO DE MELLO BONOTTO**
 Requerido: **CNOVA COMERCIO ELETRONICO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido produtos da ré (cama e colchão), recebendo apenas parte deles (somente o colchão, sem a cama).

Alegou ainda que a ré se comprometeu a devolver o valor recebido pelos bens não entregues, mas não o fez.

Almeja à sua condenação a tanto, bem como ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* arguida pela ré em contestação não merece acolhimento.

Isso porque ela não amealhou um único indício que patenteasse ter solicitado à operadora do cartão de crédito do autor o estorno do montante relativo aos bens que não lhe entregou.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Outrossim, e mesmo que comprovasse conduta nesse sentido, sua obrigação perante o autor remanesceria íntegra porque a relação jurídica trazida à colação foi mantida entre as partes, sem participação da referida operadora.

Quando muito poderia a ré em ação de regresso propugnar pelo ressarcimento de valores a que porventura entenda fazer jus, sem que isso afete ou prejudique o autor.

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, os fatos articulados pelo autor não foram refutados específica e concretamente pela ré, como seria de rigor.

Firma-se a certeza a partir daí que ela realmente vendeu produto ao mesmo sem que o tivesse entregue e, como se não bastasse, garantiu que restituiria a quantia correspondente, o que não implementou.

Sua condenação a tanto é bem por isso de rigor, sob pena de inconcebível enriquecimento sem causa de sua parte por ter percebido valores pela venda de bem não entregue.

A mesma solução aplica-se à postulação relativa aos danos morais.

O autor foi exposto a desgaste de vulto por situação a que não deu causa, tentando por mais de uma vez (os protocolos elencados a fl. 03 não foram negados) resolvê-la sem sucesso, além de acreditar na promessa de que receberia de volta o que pagou.

Fica claro que a ré ao menos na espécie vertente não dispensou ao autor o tratamento que seria exigível, provocando-lhe frustração que superou em larga medida os meros dissabores próprios da vida cotidiana e afetando-o como de resto ficaria afetada qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

É o que basta para a caracterização dos danos morais passíveis de reparação.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transpõe excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 425,24, acrescida de correção monetária, a partir de agosto de 2016 (época da compra dos produtos), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 05 de julho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA